

Em 16 de abril de 2024, às 9h, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de Sorocaba em sua sede, localizada a Rua João Gabriel Mendes, 351 na Vila Gabriel. Participaram os conselheiros titulares e suplentes do **Poder Público**: Titular SEDU Michele S. Loriani; Titular SECULT Luís F. Lima; Suplente SEFAZ Joceli K. Nakagawa; Suplente SEQUAV Marcos R. Florio; Titular SEMA Carolina B. M. Oliveira; Titular SEPLAN Karin B. C. Toledo; Titular SEMOB Katelyn T. Campos; Titular SAJ Juliana Ap. M. M. P. Almeida Titular SECID Edson Ap. Borges; Titular URBES Cristian J. H. Florentino; Titular SERPO Sérgio Ap. A. Rocha –**Sociedade Civil**, tivemos: Titular APADAS Patrícia Gino Representando as **Pessoas com Deficiência** tivemos: Titular Hérick Cleiton S. Roma; Titular Izabel C. Villa e sua suplente Jacilene S. Oliveira; Titular Tânia R. Chiavenato; Titular Pâmela C. S. Silva; Titular Carlos Botelho. **Visitantes**: Jesiel Oliveira do CCPDC; Juliana C. S. Ferro; Iara C. Domingues; Douglas M. Salton; Mariana C. Alves da INTEGRAR; Roseli F. Masson – SENAC; Fernando A. Souza – SEDU e Adriana T. S. Santos da RESIDÊNCIA INCLUSIVA; As pautas desta reunião foram as seguintes: 1) Leitura e aprovação da ATA da RO do mês de março; 2) Leitura das ATAS dos meses de janeiro e fevereiro; 3) Devolutiva SEDU; 4) Convocação para Reunião Extraordinária; 5) Devolutivas do primeiro trimestre; 6) Atendimento prioritário nas UBS e UPH; 7) Vaga preferencial frente à escola; 8) Atuação do conselheiro suplente. O Presidente iniciou informando agradecendo a presença de todos e passou a fala para a secretária Patrícia, a qual fez a leitura da ATA do mês de março e após as observações, a mesma foi aprovada. Como há várias pautas a serem deliberadas, foi perguntado aos presentes, se gostariam que fosse realizada a leitura das ATAS de janeiro e fevereiro, ou poderíamos dar seguimento as deliberações do dia, e todos optaram pelas deliberações, ficando combinado de disponibilizá-las no grupo de whats para ciência de todos. Seguimos para a pauta dois, na qual a fala foi passada para a conselheira Michele, representante da SEDU. Ela informou que participou de uma reunião referente a denúncia de agressão em ambiente escolar, deferida contra a criança J.V, na qual a escola relatou

que em momento de desregulação do menor, ele agrediu outra criança, a qual revidou. A professora e a cuidadora, tentaram separar as crianças e a diretora alegou ter presenciado o momento em que a profissional se sentou com a criança no chão. Michele questionou qual o procedimento em situações como esta, sendo informada que os responsáveis são notificados do ocorrido. Ela ainda informou, que será construído um relatório circunstanciado, analisando a fala da genitora e das profissionais da escola, o qual será encaminhado para o jurídico no final do mês de março. A professora de apoio confirmou os fatos ocorridos na escola e após a análise final, se necessário, será aberto um processo administrativo. Michele pontuou, que a capacitação dos cuidadores escolares é realizada pela instituição Antônio José da Guarda – AJG e que os responsáveis pelo treinamento se chamam Marcos e Rafael. A próxima capacitação está prevista para o recesso escolar do mês de julho, ficando combinado da participação do Conselho. A conselheira Patrícia, pontuou que se a ocorrência tivesse sido relatada no caderno de comunicação entre a escola e o responsável pelo aluno, poderia evitar ou minimizar este desgaste. A conselheira Maria José concordou que a escola cometeu uma falha em não registrar o ocorrido no caderno. A conselheira Izabel informou que os pais não têm reunião com os cuidadores, o que dificulta que eles saibam quais as especificidades de cada aluno, como prever, manejar e conter uma situação de crise comportamental. Ela cita que há divergência no relato dos fatos, pois seu filho diz que a professora o colocou na cadeira e a professora, alega tê-lo colocado no chão. Izabel informou que está pleiteando a transferência de escola devido os fatos não serem isolados, visto que a equipe escolar não consegue identificar os gatilhos comportamentais da criança. Michele disse que Izabel pode solicitar uma reunião com o cuidador e em caso de negativa, poderá notificar a DEE – Divisão de Educação Especial. Ela reforçou que o responsável direto pela criança em sala, é o professor. Michele ressaltou que haverá um treinamento no segundo semestre, abordando o manejo correto em momentos de crise, bem como no aprendizado da criança pcd e o Conselho será convidado a participar. Ela informou que há um banco de dados dos

profissionais que não se adequaram a execução do serviço, evitando assim, que eles sejam recontratados. Luís ressaltou que esta situação não deveria ter ocorrido e que os ofícios enviados a Secretaria da Educação foram respondidos. Ele perguntou para a Michele se poderia ter acesso aos relatórios referente ao caso, ela disse que sim. Luís também discorda da falta de acesso aos cuidadores por parte dos pais e que isso deve ser revisto. A conselheira Pazzete, sugeriu que o Conselho oriente aos envolvidos, para que seja realizada uma reunião bimestral com os pais, para que eles possam informar das peculiaridades de seus filhos e como intervir com segurança. Michele informou que se o profissional não estiver presente nestas reuniões, é preciso solicitar presença do mesmo e caso seja uma reunião específica, precisa ser com agendamento. Concluída esta pauta, Luís explanou sobre a Reunião Extraordinária, que teria por finalidade deliberar referente a redução do número de cadeiras no conselho, sendo realizada no próximo dia 29 de abril, às 14h de forma online, sendo aprovada por unanimidade. Na pauta referente a devolutivas do primeiro trimestre, Luís informou do evento que será realizado no dia 21 de abril no Teatro Municipal Teotônio Vilela e do evento realizado em São Paulo, no qual o conselheiro Herick compareceu representando este Conselho. Informou que o conselho já participou da terceira reunião referente a alteração do Decreto do Transporte Especial, na qual a conselheira Izabel fez um resumo dos assuntos abordados, como a oficialização para a parada de ônibus fora do ponto regular para a pessoa com deficiência (cadeirante); cadastro para o Transporte Especial não estar vinculado a SECID e sim, direto na URBES; que a utilização do Transporte Especial para os pacientes da hemodiálise seja realizado no período noturno, considerando o bem estar do usuário; para a próxima reunião, será feito um esboço para a alteração dos assuntos já deliberados; referente ao roteirizador, o aparelho está em fase de teste aos finais de semana; que é preciso colocar no decreto de forma clara, os direitos e deveres da empresa, motoristas, agentes de bordo e dos usuários. Luís informou que participou de uma reunião no último dia 15, com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, juntamente com Jesiel e Carolina, referente a redução

da jornada de trabalho para o servidor pcd, para 6h10, pois esta redução é oferecida somente aos pais de filhos pcds, bem como redução no tempo para a aposentadoria. Há um Projeto de Lei para o segundo semestre. Luís informou que em 16 de março, participou da segunda reunião para treinamento do atendimento inclusivo promovido pelo CMPCDMR, para um público em torno de 50 a 50 servidores públicos. Ele ainda informou, que a Polícia Militar tem interesse de participar de um treinamento para a melhor forma de abordagem a pcd. Também informou que o CADI tem interesse em dialogar com o Conselho referente a acessibilidade. Da reunião realizada com a SEDU Estadual, referente a retenção no 5º ano para o aluno do ensino especial, considerando as especificidades de cada aluno, sendo necessário muito diálogo entre o fundamental I e II. Concluído as devolutivas do primeiro trimestre, a visitante Áurea da Instituição Santa Rita, convidou o conselho para fazer uma palestra aos pais dos usuários, a fim de que tenham conhecimento da existência e a função deste conselho. Luís se propôs a agendar uma visita. A conselheira Izabel informou que tinha uma consulta agendada com o seu filho a Unidade Básica de Saúde do bairro Jd. Simus, e ao informar que ele poderia entrar em crise devido ao TEA, o direito a prioridade de atendimento foi negado. Luís sugeriu que o conselho oficialize os gestores das UBS e UPH para orientação quanto ao direito a prioridade nas próximas reuniões ordinárias. Todos concordaram com a sugestão. A conselheira Iara informou que esteve na UBS do bairro Barcelona, chegando na unidade às 16h, porém, seu atendimento ocorreu somente às 17h e sem acesso ao prontuário do paciente para analisar as questões de saúde. Izabel informou que algumas escolas não têm vaga para pcd e que é preciso que estas, se adequem a Lei. Ela cita o Centro de Educação Infantil nº 11, após solicitação dos pais, a vaga foi disponibilizada e regulamentada. Ela ainda sugere uma campanha de como utilizar a vaga de forma correta, conscientizando a sociedade da importância de ela estarem disponíveis as pcds. A conselheira Katelen sugeriu que o conselho envie um ofício solicitando este tipo de orientação e fiscalização em frente as escolas. Luís perguntou se todos estavam de acordo em dar seguimento a Semob e a Secretaria de Trânsito, sendo aprovado por todos. Izabel

ainda pontuou sobre a atuação do conselheiro suplente, qual seria a sua função de fato e Luís pediu para que aguarde as alterações que foram feitas nas secretarias, as quais possivelmente, altere os atuais conselheiros para uma abordagem mais precisa sobre o tema. Terminado os informes e perguntado se mais alguém teria algo a acrescentar, não havendo, eu Patrícia Gino redigi a presente ATA.